

Política

Sem quebrar o sigilo bancário, Zélia atendeu ao requerimento do Senado e enviou a lista dos correntistas que sacaram acima de 1 milhão de cruzados novos antes da decretação do plano. Mas Haddad ainda quer mais informações.

Zélia atende ao Senado. Com oito pacotes.

Da mesma forma que recebeu do Banco Central, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, encaminhou ontem ao Senado os oito pacotes lacrados contendo os nomes de todos os correntistas que fizeram saques bancários acima de 1 milhão de cruzados novos entre 1º e 13 de março, com tal atitude, a ministra quis caracterizar que não teve acesso a nenhum desses nomes — apenas atendeu ao requerimento do senador Jamil Haddad, líder do PSB. A partir da entrega, portanto, se houver vazamento de algum nome, a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário não será dela.

De posse dos documentos, Haddad conseguiu imediatamente uma equipe de seguranças a pedido de vários senadores. "Com essa onda de seqüestros deve ter muita gente interessada em conhecer os titulares dessas contas", argumentou o líder do PRN, senador Ney Maranhão, enquanto José Fogaça (PMDB-RS) ressaltava a "enorme responsabilidade" de Haddad como guardião das informações. Visivelmente nervoso, Haddad dizia não ter como propósito vasculhar a vida econômico-financeira de ninguém. Mas avisou: "Se forem constatados sa-

ques em feriado bancário, divulgarei os nomes dos responsáveis, pois isso é crime". Verificados grandes saques, disse ele, o assunto será levado a juristas de sua confiança para que sejam acertadas as providências necessárias.

Haddad, porém, ficou decepcionado com o material que recebeu. Esperava informações também sobre o período de 13 de março, quando foi decretado o início do feriado bancário, até dia 15, data da posse do presidente Collor. "A minha primeira análise cobriria justamente esses dias", disse o senador, que ameaçou requerer uma CPI para aprofundar as investigações. Além disso, o requerimento exigia a relação dos saques ocorridos entre 15 de fevereiro e 1º de março.

Mas Zélia, foi previdente. No ofício que enviou ontem ao Senado acompanhando os envelopes lacrados, esclareceu que já determinou à rede bancária que remeta tais dados diretamente ao senador Haddad. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, ainda não decidiu se o requerimento foi cumprido. Mas Haddad não se incomodou com o fato de o Banco Central haver ignorando as retiradas entre 500 mil e 1 mi-



Carneiro (esq) com os pacotes e Haddad; guardião do sigilo das informações.

lhão de cruzados novos. O Banco Central já explicou que esse tipo de trabalho vai demorar mais de um mês, mas, de qualquer forma, os assessores da ministra Zélia acreditam que essas primeiras informações de ontem já servirão para amenizar os atritos com o Congresso. Zélia estava numa situação delicada: sua alegação de que as informações estariam ferindo o sigilo bancário e, portanto, sujeitas a processo penal por parte dos correntistas atingidos, gerou um clima de tensão no Legislativo, com a ameaça de um processo por crime de responsabilidade, que poderia custar a Zélia a perda do direito de exercer qualquer cargo público durante oito anos.

O clima de expectativa pelo chegada dos envelopes começou ontem desde o início da tarde. Às 17 horas, enfim, os pacotes desembarcaram à porta do prédio do Congresso trazidos por funcionários do Ministério da Economia. Carneiro destacou imediatamente 11 seguranças, para ajudar no transporte, e uma sala especial, para guardar um volume que o líder do governo, senador José Ignácio Ferreira, anunciava que viria a bordo de pelo menos oito caminhões. Os pacotes vieram num

táxi comum e apenas um assessor conseguia carregar todos eles — o mais espesso não tinha mais de 10 centímetros.

Sobre os envelopes, apenas o papel ofício com o timbre do Banco Central — com os dizeres "protegido pelo sigilo bancário" — e a assinatura de Ibrahim Eris. Os documentos foram guardados no cofre onde o Senado mantém documentos secretos. Diariamente sairão de lá pelas mãos de seguranças e levados até o gabinete de Jamil Haddad. E Haddad promete ser rigoroso: vai verificar nas listagens se há familiares do presidente da República, técnicos que participaram da elaboração do plano ou empresários que participaram financeiramente da campanha de Collor — denúncias que pretende conferir. Alertado de que houve saques nos dias dos feriados bancários, Haddad estava disposto a requerer uma CPI para investigar, quando preferiu a via do requerimento à ministra Zélia. Se houvesse CPI, o primeiro a depor, segundo Haddad, seria o presidente do Sindicato dos Bancos do Rio, Teóphilo de Azevedo, que teria declarado ter conhecimento de volumosos saques exatamente naqueles dias.